



**CLIMATE CHANGE GOVERNANCE: Climate change litigation in
international and regional courts
PIBIC
2024-2025**

Orientadora:

Prof^ª. Paula Wojcikiewicz Almeida

**CENTRO DE PESQUISA EM DIREITO GLOBAL (CPDG)
PROGRAMA DE MESTRADO EM DIREITO DA REGULAÇÃO**

Sumário

1	RESUMO	3
2	INTRODUÇÃO	3
3	OBJETIVOS.....	5
4	METODOLOGIA.....	5
5	CRONOGRAMA.....	6
6	BIBLIOGRAFIA.....	7
	SUB-PROJETO DE PESQUISA PARA OS ALUNOS BOLSISTAS (2023-2024).....	10
a)	Identificação.....	10
b)	Problema e objetivo de pesquisa	10
c)	Metodologia.....	11
d)	Resultados esperados	12
e)	Cronograma.....	12
f)	Bibliografia inicial proposta.....	13

1 RESUMO

Desde a década de 70, com a Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano de Estocolmo, a mudança climática se tornou uma preocupação ambiental a nível internacional. O impacto transfronteiriço dessas consequências ambientais na fruição de direitos humanos resultou no surgimento de litígios climáticos a nível doméstico e, posteriormente, internacional.

Desse modo, o presente projeto busca mapear e analisar as obrigações internacionais dos Estados em combater a mudança climática e mitigar seus efeitos, e entender quais as consequências legais em caso de descumprimento das obrigações. Objetiva-se mapear e classificar: (i) a aplicação de instrumentos normativos internacionais sobre mudança climática, especialmente os que estabelecem obrigações aos Estados; (ii) os casos de litigância climática nas principais cortes internacionais, como a Corte Internacional de Justiça (CIJ), Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH); (iii) os casos transfronteiriços de litigância climática em tribunais domésticos.

Este projeto PIBIC se insere no contexto do novo projeto de pesquisa *Climate Change Governance*, recentemente inaugurado pelo Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) e na pesquisa de Regulação Internacional do Programa de Pós-Graduação da FGV Direito Rio. A proposta é identificação da forma de implementação das regulações internacionais de meio ambiente na litigância climática, a interação de diferentes atores institucionais e o mapeamento das principais tendências.

2 INTRODUÇÃO

Com a multiplicação de casos que envolve Direito e Clima em tribunais domésticos estrangeiros ou tribunais internacionais, e a contínua dependência internacional às fontes de energia poluentes, a discussão sobre transição energética, fontes renováveis, proteção às florestas e justiça social se tornou evidente na comunidade internacional.

Nesse contexto, três tribunais internacionais foram requisitados para apresentarem opiniões consultivas sobre a relação entre a obrigação internacional dos Estados em frente a mudança climática no sistema multinível de direitos humanos: a Corte Internacional de Justiça (CIJ), Tribunal Internacional do Direito do Mar e Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Em 29 de Março de 2023, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou a Resolução 77/276 intitulada "Pedido de parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudanças climáticas". Posteriormente, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, enviou uma carta oficial informando o presidente da CIJ da resolução.

A resolução requisita a opinião da Corte por duas perguntas. A primeira pergunta incide sobre as obrigações dos Estados ao abrigo do direito internacional em matéria de alterações climáticas. A segunda pergunta incide sobre as consequências jurídicas para os Estados que violam as suas obrigações em matéria de clima no que respeita a outros Estados, em particular as pequenas ilhas, e às gerações atuais e futuras. Isto significa que a resolução tem uma dimensão interestatal e uma dimensão de direitos humanos.

Em 12 de dezembro de 2022, o Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS) recebeu um pedido da Comissão dos Pequenos Estados Insulares sobre Mudanças Climáticas e Direito Internacional para emitir um parecer consultivo sobre as obrigações dos Estados Parte para prevenir e reduzir os impactos da mudança climática no ambiente marinho, conforme a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).

A Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu, em 2017, uma opinião consultiva sobre Meio Ambiente e Direitos Humanos, mas não há menção clara às mudanças climáticas. Por esse motivo, em 2022, a Colômbia e o Chile requisitaram uma nova opinião sobre as obrigações dos Estados Americanos para combater a emergência climática no sistema interamericano de direitos humanos.

Por outro lado, observa-se a proliferação de casos de litigância climática em tribunais domésticos que abordam questões que ultrapassam as fronteiras tradicionais. Dentre os principais casos transfronteiriços, têm-se o *Luciano Lliuya v. RWE AG* no tribunal alemão (2015), *Urgenda Foundation vs. Netherlands* que alcançou a Suprema Corte holandesa (2019), *Milieudefensie et al. v. Royal Dutch Shell* na Holanda (2021), e o mais recente, o *Torres Strait Islanders Case vs. Austrália* na Comissão de Direitos Humanos da ONU (2022).

Portanto, o projeto aqui proposto tem como objetivo mapear os principais casos de litigância climática, estudar as obrigações dos Estados em combater os efeitos negativos das mudanças climáticas por estratégias de mitigação e adaptação, a partir dos sistemas internacionais e regionais de direitos humanos. Busca-se pesquisar o seguinte problema de pesquisa: Quais são as obrigações dos Estados, perante o Direito Internacional, em assegurar a proteção do clima e de outras partes do meio ambiente das emissões antropogênicas de gases

de efeito estufa? Em caso de descumprimento por parte dos Estados de suas obrigações internacionais, seja por ação ou por omissão, que proporcionar um dano significativo no clima e no meio ambiente em geral, quais são as consequências legais, especialmente em relação aos Estados de pequenas ilhas em desenvolvimento e às pessoas da geração presente e futuras?

O presente projeto faz parte de uma agenda para o desenvolvimento de pesquisas de Regulação Internacional do Mestrado/Doutorado da FGV Direito Rio e do projeto de pesquisa de *Climate Change Governance*, recentemente inaugurado pelo Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG).

OBJETIVOS

O objetivo desse projeto é identificar e mapear estratégias de aplicação das normas de direito internacional para obrigar Estados a adotar medidas de combate e mitigação às mudanças climáticas. Para responder ao questionamento, os pesquisadores deverão estudar as principais normas de direito internacional ambiental e como elas se relacionam com a mudança climática e o meio ambiente. O projeto envolve o levantamento e estudo dos casos de litigância climática que estão em andamento nos tribunais internacionais e também nas cortes brasileiras.

Os pesquisadores também serão encorajados a interligar conhecimentos teóricos sobre Direito Internacional Ambiental e Direitos Humanos, a fim de extrair deduções analíticas. Exemplificativamente, é possível mencionar as seguintes: (i) como se conecta a litigância climática em tribunais internacionais e em domésticos? (ii) quais são as principais tendências da litigância climática? (iii) como os principais tratados e convenções de direitos internacionais podem ser empregados na luta contra a mudança climática?

3 METODOLOGIA

O projeto seguirá metodologia de pesquisa documental sobre as principais regulações internacionais sobre clima e meio ambiente. Também será empregado a pesquisa exploratória para mapear casos empíricos de litigância climática.

Cumprirá aos pesquisadores:

- (i) Participar de eventos nacionais e internacionais sobre mudança climática, direitos humanos, meio ambiente e litigância climática para compreensão das discussões contemporâneas;
- (ii) Mapear os principais instrumentos jurídicos aplicáveis ao combate, mitigação e adaptação de mudanças climáticas;

- (iii) Mapear os casos de litigância climática nos tribunais internacionais e as normas aplicadas;
- (iv) Mapear os casos de litigância climática nos tribunais domésticos e as normas aplicadas;
- (v) Classificar os desafios jurídicos e fáticos entre os casos de litigância climática;
- (vi) Analisar como a aplicação de instrumentos jurídicos gerais podem ser empregados para estabelecer obrigações internacionais aos Estados em combater a mudança climática.

Partindo, tanto dos casos coletados nos sites dos tribunais brasileiros e internacionais das bases de dados disponibilizadas *online*, os pesquisadores poderão analisar e responder às questões principais do projeto, acima enunciadas. As referências identificadas deverão ser catalogadas em conformidade com os padrões definidos e os pesquisadores deverão apresentar o resultado de suas pesquisas. A ordem das atividades propostas está sujeita à disponibilidade dos atores envolvidos e pode ser alterada.

4 CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Participar de eventos nacionais e internacionais sobre mudança climática, direitos humanos, meio ambiente e litigância climática para compreensão das discussões contemporâneas	X	X	X									
Mapear os principais instrumentos jurídicos aplicáveis ao combate, mitigação e adaptação de mudanças climáticas;	X	X	X									
Mapear os casos de litigância climática nos tribunais internacionais e as normas aplicadas;			X	X	X							
Mapear os casos de litigância climática nos tribunais domésticos e as normas aplicadas;						X	X	X				
Classificar os desafios jurídicos e fáticos entre os casos de litigância climática;									X	X		
Analisar como a aplicação de instrumentos jurídicos gerais podem ser empregados para estabelecer											X	X

obrigações internacionais aos Estados em combater a mudança climática.														
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

5 BIBLIOGRAFIA

5.1 LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALOGNA, Ivano; BAKKER, Christine; GAUCI, Jean-Pierre. *Climate Change Litigation: global perspectives*. Brill, 30 Abril 2021.

BOYLE, Alan. *Environmental Dispute Settlement*. In: *Oxford Public International Law*. Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law, April 2009. 15 p.

CARRILLO, Carlos A. Cruz. *The Advisory Jurisdiction of the ITLOS: From Uncertainties to Opportunities for Ocean Governance*. In: PLATJOUW, Froukje Maria; POZDNAKOVA, Alla. *The Environmental Rule of Law for Oceans: Designing Legal Solutions*. Cambridge University Press, February 2023. pp. 236-251. Available at: <https://doi.org/10.1017/9781009253741.023>.

5.2 ARTIGOS EM REVISTAS

HORNE, Katelyn; TIGRE, Maria Antonia; GERRARD, Michael. *Status Report on Principles of International and Human Rights Law Relevant to Climate Change*. Columbia Law School, 2023. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3924.

MITCHELL, Andrew D.; MUNRO, James. *An international law principle of non-regression from environmental protections*. *International & Comparative Law Quarterly*, v. 72, January 2023, pp. 35-7. Available at: <https://doi.org/10.1017/S0020589322000483>.

PEREIRA, Diego. *Litigância climática: como solucionar conflitos por meio da justiça climática?* *Revista da AGU, Brasília-DF*, v. 21, n. 03. p. 57-86, jul./set. 2022.

ROTHWELL, Donald R. *Climate Change, Small Island States, and the Law of the Sea: The ITLOS Advisory Opinion Request*. *American Society of International Law*, n. 5, v. 27, 12 maio 2023. Disponível em: <https://asil.org/insights/volume/27/issue/5>.

STEPHENS, Jennie C. *Beyond Climate Isolationism: a Necessary Shift for Climate Justice*. *Current Climate Change Reports*, v. 8, 2022, p. 83-90. Available at: <https://doi.org/10.1007/s40641-022-00186-6>.

5.3 DOCUMENTOS NA INTERNET E NOTÍCIAS

COLUMBIA CLIMATE SCHOOL. *Advisory Opinions on Climate Change: An Overview*. Columbia Climate School: Climate, Earth, and Society, 27 April 2023. Available at: <https://www.climate.columbia.edu/events/advisory-opinions-climate-change-overview>.

KAMINSKI, Isabella. Climate change is forcing human rights courts to rethink their role. The Wave, 5 Abril 2023. Available at: <https://www.the-wave.net/climate-change-forcing-human-rights-courts-rethink-role/>.

TIGRE, Maria Antonia; URZOLA, Natalia, GOODMAN, Alexandra. Climate litigation in Latin America: is the region quietly leading a revolution? Available at: <https://doi.org/10.4337/jhre.2023.01.04>.

6.5 RELATÓRIOS DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

BRITISH INSTITUTE OF INTERNATIONAL AND COMPARATIVE LAW. Promoting Climate Justice through International Law: Climate Litigation & Climate Advisory Opinions. London: British Institute of International and Comparative Law, mar. 2023. 16 p.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Guia de Litigância climática. 2019. 58 p.

CENTER FOR INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW; GLOBAL INITIATIVE FOR ECONOMIC, SOCIAL & CULTURAL RIGHTS. States' Human Rights Obligations in the Context of Climate Change: Guidance Provided by the UN Human Rights Treaty Bodies. 2023. 34 p.

SABIN CENTER FOR CLIMATE CHANGE LAW. Youth Climate Justice Handbook: Status Report on Principles of International and Human Rights Law Relevant to Climate Change, Part 3/3. Columbia Law School, 2023. 76 p.

SETZER, Joana; HIGHAM, Catherine. Global trends in climate change litigation: 2022 snapshot Policy Report, June 2022. 50 p.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Frequently Asked Questions on Human Rights and Climate Change: Fact Sheet no. 38. 90 p. Journal of Human Rights and the Environment, Vol. 14 No. 1, March 2023, pp. 67-93,

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 77/276: Request for an advisory opinion of the International Court of Justice on the obligations of States in respect of climate change. New York: United Nations, 2023. 3 p.

WORLD'S YOUTH FOR CLIMATE JUSTICE. Human rights in the face of the climate crises: a youth-led initiative to bring climate justice to the International Court of Justice. July 2021. 87 p.

WORLD'S YOUTH FOR CLIMATE JUSTICE; PACIFIC ISLANDS STUDENTS FIGHTING CLIMATE CHANGE. Youth Climate Justice Handbook: Summary of Policymakers, Part 1/3. 2023. 16 p.

WORLD'S YOUTH FOR CLIMATE JUSTICE; PACIFIC ISLANDS STUDENTS FIGHTING CLIMATE CHANGE. Youth Climate Justice Handbook: Legal Memorandum, Part 2/3. 2023. 68 p.

6.6 INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

ANTIGUA AND BARBUDA, TUVALU. Agreement for the Establishment of the Commission of Small Island States on Climate Change and International Law. International Tribunal for the Law of the Sea, 31 October 2021.

COLOMBIA; CHILE. Request for an Advisory Opinion on the Climate Emergency and Human Rights Submitted to the Inter-American Court of Human Rights by the Republic of Colombia and the Republic of Chile. Corte Interamericana de Derechos Humanos, 9 January 2023.

COMMISSION OF SMALL ISLAND STATES ON CLIMATE CHANGE AND INTERNATIONAL LAW. Decisions of the Third Meeting of the Commission of Small Island States on Climate Change and International Law. International Tribunal for the Law of the Sea, 24 November 2021.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Synthesis Report for the Sixth Assessment Report: Climate Change 2023. Interlaken: 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>.

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS. Advisory Opinion OC-23/17, the Environment and Human Rights. Corte Interamericana de Derechos Humanos, 15 November 2017.

INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA. Press Release 327. International Tribunal for the Law of the Sea, 12 December 2022.

SUB-PROJETO DE PESQUISA PARA OS ALUNOS BOLSISTAS

“CLIMATE CHANGE GOVERNANCE: Climate change litigation in international and regional courts”

a) IDENTIFICAÇÃO

Número de alunos participantes: 2 (dois)

Nome da orientadora: Paula Wojcikiewicz Almeida

b) PROBLEMA E OBJETIVO DE PESQUISA

Com a multiplicação de casos que envolve Direito e Clima em tribunais domésticos estrangeiros ou tribunais internacionais, e a contínua dependência internacional às fontes de energia poluentes, a discussão sobre transição energética, fontes renováveis, proteção às florestas e justiça social se tornou evidente na comunidade internacional.

Nesse contexto, três tribunais internacionais foram requisitados para apresentarem opiniões consultivas sobre a relação entre a obrigação internacional dos Estados em frente a mudança climática no sistema multinível de direitos humanos: a Corte Internacional de Justiça (CIJ), Tribunal Internacional do Direito do Mar e Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Por outro lado, observa-se a proliferação de casos de litigância climática em tribunais domésticos que abordam questões que ultrapassam as fronteiras tradicionais. Dentre os principais casos transfronteiriços, têm-se o Luciano Lliuya v. RWE AG no tribunal alemão (2015), Urgenda Foundation vs. Netherlands que alcançou a Suprema Corte holandesa (2019), Milieudefensie et al. v. Royal Dutch Shell na Holanda (2021), e o mais recente, o Torres Strait Islanders Case vs. Austrália na Comissão de Direitos Humanos da ONU (2022).

Portanto, o projeto aqui proposto tem como objetivo mapear os principais casos de litigância climática, estudar as obrigações dos Estados em combater os efeitos negativos das mudanças climáticas por estratégias de mitigação e adaptação, a partir dos sistemas internacionais e regionais de direitos humanos.

O objetivo desse projeto é identificar e mapear estratégias de aplicação das normas de direito internacional para obrigar Estados a adotar medidas de combate e mitigação às mudanças climáticas. Para responder ao questionamento, os pesquisadores deverão estudar as principais normas de direito internacional ambiental e como elas se relacionam com a mudança

climática e o meio ambiente. O projeto envolve o levantamento e estudo dos casos de litigância climática que estão em andamento nos tribunais internacionais e também nas cortes brasileiras.

Os pesquisadores também serão encorajados a interligar conhecimentos teóricos sobre Direito Internacional Ambiental e Direitos Humanos, a fim de extrair deduções analíticas. Exemplificativamente, é possível mencionar as seguintes: (i) como se conecta a litigância climática em tribunais internacionais e em domésticos? (ii) quais são as principais tendências da litigância climática? (iii) como os principais tratados e convenções de direitos internacionais podem ser empregados na luta contra a mudança climática?

Este projeto PIBIC se insere no contexto do novo projeto de pesquisa *Climate Change Governance*, recentemente inaugurado pelo Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) e na pesquisa de Regulação Internacional do Programa de Pós-Graduação da FGV Direito Rio.

c) METODOLOGIA

O projeto seguirá metodologia de pesquisa documental sobre as principais regulações internacionais sobre clima e meio ambiente. Também será empregado a pesquisa exploratória para mapear casos empíricos de litigância climática.

Cumprirá aos pesquisadores:

- (i) Participar de eventos nacionais e internacionais sobre mudança climática, direitos humanos, meio ambiente e litigância climática para compreensão das discussões contemporâneas;
- (ii) Mapear os principais instrumentos jurídicos aplicáveis ao combate, mitigação e adaptação de mudanças climáticas;
- (iii) Mapear os casos de litigância climática nos tribunais internacionais e as normas aplicadas;
- (iv) Mapear os casos de litigância climática nos tribunais domésticos e as normas aplicadas;
- (v) Classificar os desafios jurídicos e fáticos entre os casos de litigância climática;
- (vi) Analisar como a aplicação de instrumentos jurídicos gerais podem ser empregados para estabelecer obrigações internacionais aos Estados em combater a mudança climática.

Partindo, tanto dos casos coletados nos sites dos tribunais brasileiros e internacionais das bases de dados disponibilizadas *online*, os pesquisadores poderão analisar e responder às questões principais do projeto, acima enunciadas. As referências identificadas deverão ser catalogadas em conformidade com os padrões definidos e os pesquisadores deverão apresentar o resultado de suas pesquisas. A ordem das atividades propostas está sujeita à disponibilidade dos atores envolvidos e pode ser alterada.

d) RESULTADOS ESPERADOS

O projeto tem como objetivo o engajamento dos alunos em eventos e projetos internacionais e nacionais sobre mudança climática, direitos humanos e litigância climática.

Espera-se a produção de um relatório de pesquisa para o Centro de Pesquisa em Direito Global (CPDG) sobre as normas internacionais sobre a obrigação dos Estados em relação a mudança climática e as opiniões consultivas pelos tribunais internacionais. Ademais, os alunos ajudarão a elaborar um projeto de pesquisa sobre o tema, para ser submetido para programas de financiamento de pesquisa.

Também se propõe que os(as) alunos(as) participantes preparem e publiquem seus próprios artigos curtos para publicação em blogs e sites de notícias, como um subproduto da pesquisa.

e) CRONOGRAMA

ATIVIDADE	MÊS											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Participar de eventos nacionais e internacionais sobre mudança climática, direitos humanos, meio ambiente e litigância climática para compreensão das discussões contemporâneas	X	X	X									
Mapear os principais instrumentos jurídicos aplicáveis ao combate, mitigação e adaptação de mudanças climáticas;	X	X	X									
Mapear os casos de litigância climática nos tribunais internacionais e as normas aplicadas;			X	X	X							

Mapear os casos de litigância climática nos tribunais domésticos e as normas aplicadas;						X	X	X				
Classificar os desafios jurídicos e fáticos entre os casos de litigância climática;									X	X		
Analisar como a aplicação de instrumentos jurídicos gerais podem ser empregados para estabelecer obrigações internacionais aos Estados em combater a mudança climática.											X	X

f) BIBLIOGRAFIA INICIAL PROPOSTA

5.4 LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALOGNA, Ivano; BAKKER, Christine; GAUCI, Jean-Pierre. Climate Change Litigation: global perspectives. Brill, 30 Abril 2021.

BOYLE, Alan. Environmental Dispute Settlement. In: Oxford Public International Law. Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law, April 2009. 15 p.

CARRILLO, Carlos A. Cruz. The Advisory Jurisdiction of the ITLOS: From Uncertainties to Opportunities for Ocean Governance. In: PLATJOUW, Froukje Maria; POZDNAKOVA, Alla. The Environmental Rule of Law for Oceans: Designing Legal Solutions. Cambridge University Press, February 2023. pp. 236-251. Available at: <https://doi.org/10.1017/9781009253741.023>.

5.5 ARTIGOS EM REVISTAS

HORNE, Katelyn; TIGRE, Maria Antonia; GERRARD, Michael. Status Report on Principles of International and Human Rights Law Relevant to Climate Change. Columbia Law School, 2023. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/3924.

MITCHELL, Andrew D.; MUNRO, James. An international law principle of non-regression from environmental protections. International & Comparative Law Quarterly, v. 72, January 2023, pp. 35-7. Available at: <https://doi.org/10.1017/S0020589322000483>.

PEREIRA, Diego. Litigância climática: como solucionar conflitos por meio da justiça climática? Revista da AGU, Brasília-DF, v. 21, n. 03. p. 57-86, jul./set. 2022.

ROTHWELL, Donald R. Climate Change, Small Island States, and the Law of the Sea: The ITLOS Advisory Opinion Request. American Society of International Law, n. 5, v. 27, 12 maio 2023. Disponível em: <https://asil.org/insights/volume/27/issue/5>.

STEPHENS, Jennie C. Beyond Climate Isolationism: a Necessary Shift for Climate Justice. Current Climate Change Reports, v. 8, 2022, p. 83-90. Available at: <https://doi.org/10.1007/s40641-022-00186-6>.

5.6 DOCUMENTOS NA INTERNET E NOTÍCIAS

COLUMBIA CLIMATE SCHOOL. Advisory Opinions on Climate Change: An Overview. Columbia Climate School: Climate, Earth, and Society, 27 April 2023. Available at: <https://www.climate.columbia.edu/events/advisory-opinions-climate-change-overview>.

KAMINSKI, Isabella. Climate change is forcing human rights courts to rethink their role. The Wave, 5 April 2023. Available at: <https://www.the-wave.net/climate-change-forcing-human-rights-courts-rethink-role/>.

TIGRE, Maria Antonia; URZOLA, Natalia, GOODMAN, Alexandra. Climate litigation in Latin America: is the region quietly leading a revolution? Available at: <https://doi.org/10.4337/jhre.2023.01.04>.

6.5 RELATÓRIOS DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

BRITISH INSTITUTE OF INTERNATIONAL AND COMPARATIVE LAW. Promoting Climate Justice through International Law: Climate Litigation & Climate Advisory Opinions. London: British Institute of International and Comparative Law, mar. 2023. 16 p.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Guia de Litigância climática. 2019. 58 p.

CENTER FOR INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW; GLOBAL INITIATIVE FOR ECONOMIC, SOCIAL & CULTURAL RIGHTS. States' Human Rights Obligations in the Context of Climate Change: Guidance Provided by the UN Human Rights Treaty Bodies. 2023. 34 p.

SABIN CENTER FOR CLIMATE CHANGE LAW. Youth Climate Justice Handbook: Status Report on Principles of International and Human Rights Law Relevant to Climate Change, Part 3/3. Columbia Law School, 2023. 76 p.

SETZER, Joana; HIGHAM, Catherine. Global trends in climate change litigation: 2022 snapshot. Policy Report, June 2022. 50 p.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Frequently Asked Questions on Human Rights and Climate Change: Fact Sheet no. 38. 90 p. Journal of Human Rights and the Environment, Vol. 14 No. 1, March 2023, pp. 67-93,

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Resolution 77/276: Request for an advisory opinion of the International Court of Justice on the obligations of States in respect of climate change. New York: United Nations, 2023. 3 p.

WORLD'S YOUTH FOR CLIMATE JUSTICE. Human rights in the face of the climate crises: a youth-led initiative to bring climate justice to the International Court of Justice. July 2021. 87 p.

WORLD'S YOUTH FOR CLIMATE JUSTICE; PACIFIC ISLANDS STUDENTS FIGHTING CLIMATE CHANGE. Youth Climate Justice Handbook: Summary of Policymakers, Part 1/3. 2023. 16 p.

WORLD'S YOUTH FOR CLIMATE JUSTICE; PACIFIC ISLANDS STUDENTS FIGHTING CLIMATE CHANGE. Youth Climate Justice Handbook: Legal Memorandum, Part 2/3. 2023. 68 p.

6.7 INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

ANTIGUA AND BARBUDA, TUVALU. Agreement for the Establishment of the Commission of Small Island States on Climate Change and International Law. International Tribunal for the Law of the Sea, 31 October 2021.

COLOMBIA; CHILE. Request for an Advisory Opinion on the Climate Emergency and Human Rights Submitted to the Inter-American Court of Human Rights by the Republic of Colombia and the Republic of Chile. Corte Interamericana de Derechos Humanos, 9 January 2023.

COMMISSION OF SMALL ISLAND STATES ON CLIMATE CHANGE AND INTERNATIONAL LAW. Decisions of the Third Meeting of the Commission of Small Island States on Climate Change and International Law. International Tribunal for the Law of the Sea, 24 November 2021.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Synthesis Report for the Sixth Assessment Report: Climate Change 2023. Interlaken: 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>.

INTER-AMERICAN COURT OF HUMAN RIGHTS. Advisory Opinion OC-23/17, the Environment and Human Rights. Corte Interamericana de Derechos Humanos, 15 November 2017.

INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA. Press Release 327. International Tribunal for the Law of the Sea, 12 December 2022.